

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004200-62.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **Cdg Plásticos Ltda - Me**
 Requerido: **CPFL Companhia Paulista de Força e Luz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

A autora C.D.G. Plásticos LTDA. – ME propôs a presente ação contra a ré CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz, requerendo: a) a concessão de liminar para impedir que a ré proceda ao corte de energia elétrica da UC 42532736, instalada na sede da autora; b) seja declarada a inexistência do débito no valor de R\$ 54.539,24 e seus indevidos acessórios no valor de R\$ 19.492,22 e no respectivo processo de fiscalização - cálculos.

A liminar foi indeferida às folhas 46, sendo objeto de agravo de instrumento.

Decisão monocrática de folhas 52 deferiu o efeito ativo no sentido de obstaculizar o corte de energia pela concessionária.

A ré, em contestação de folhas 57/79, suscita preliminar de falta de interesse de agir e, no mérito, requer a improcedência do pedido, porque o valor apurado no período irregular é o que realmente reflete o consumo de energia elétrica do relógio da autora, o qual se encontrava com circuito interno adulterado. Sustenta que o medidor já passou por perícia junto ao Instituto de Criminalística, requerendo a expedição de ofício àquele instituto para remessa do laudo pericial. Aduz que, após a constatação da fraude, levou em consideração o consumo dos meses anteriores ao início das irregularidades, nos termos do artigo 130 da Resolução Normativa Aneel nº 414/2010. Alega que não houve suspensão no fornecimento de energia elétrica, embora esta seja legal, nos termos do artigo 170 da mesma Resolução Normativa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Acórdão de folhas 126/131, proferido nos autos do agravo de instrumento, deu provimento ao recurso, reconhecendo abusiva a interrupção do fornecimento de energia.

Réplica de folhas 148/152.

Sentença de folhas 148/152 foi declarada nula por força da decisão de folhas 149, ante a existência de reconvenção que não foi entranhada nos autos antes da sentença.

A ré, em reconvenção de folhas 162/172, requer a condenação da reconvinde no pagamento da quantia de R\$ 84.010,63.

A reconvinde, em contestação de folhas 193/197, requer a improcedência da reconvenção.

Réplica da reconvinde às folhas 206/213.

Sentença proferida às folhas 215/219, anulada em sede recursal, conforme folhas 277/280, a fim de que se possibilite a 'vinda do laudo pericial se já realizado pelo instituto de criminalística de São Carlos'.

Baixados os autos, aportou o laudo pericial do IC, fls. 296/299, sobre o qual manifestaram-se as partes às folhas 303/306 e 307/308.

Aportou aos autos informação da autoridade policial, folhas 327, sobre o qual foram as partes instadas a manifestarem-se, silenciando a autora e manifestando-se a ré às folhas 331/335.

Relatei. Decido.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passo ao julgamento antecipado da lide vez que foi produzida a prova determinada pelo E. TJSP no acórdão de folhas 277/280, a qual, somada aos demais elementos probatórios amealhados, mostra-se suficiente ao julgamento, mesmo porque nenhuma outra foi requerida após a baixa dos autos.

Afasto a preliminar de falta de interesse de agir por ser matéria de mérito.

No mérito, trata-se de ação que visa à declaração de inexistência de débitos apurados em inspeção realizada pela empresa ré, na unidade de consumo da autora, referentes ao período de julho de 2013 a novembro de 2014, sob o argumento de que tal cobrança é abusiva e ilegal e que os procedimentos realizados não atenderam ao crivo do contraditório.

Ultimada a colheita das provas pertinentes, o caso é de improcedência da ação e procedência da reconvenção.

O documento de folhas 99/100, aliado às fotografias de folhas 101/102, ao laudo de folhas 296/299 (confirmando que o lacre do medidor estava aberto) e, por fim, ao dado objetivo concernente ao consumo aferido antes, durante e após a fraude, conforme folhas 166/168, firma convicção de que efetivamente estava presente a irregularidade e foi legal o procedimento adotado pela ré.

Os questionamentos de folhas 307/308, por parte da autora, configuram ilações que não tem o condão de infirmar o conjunto de elementos acima destacado.

Ante o exposto, rejeito o pedido inicial e acolho o reconvenicional, para condenar a autora-reconvinda ao pagamento do montante confessado na Cláusula Primeira do Termo de Confissão de Dívida de folhas 116/119, com os encargos ali previstos, deduzindo-se os valores quitados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente, condeno a autora em custas, despesas e honorários na ação originária e reconvenicional, arbitrados os honorários, quanto à originária, em 10% sobre o valor atualizado da causa, e, quanto à reconvenção, em 10% sobre a condenação.

P.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**